

tais como: falta de segurança nos dois loteamentos, o que acarretou em furtos, roubos e depredações; demora no recebimento dos pagamentos referentes às medições (ademais a CPS ainda não recebeu o pagamento da última medição); reajustes de preços dos materiais de construção no mercado, o que contribuiu para aumentar a defasagem entre os preços dos serviços contratados e o custo necessário para executar efetivamente estes serviços, gerando um aumento no prejuízo. Sr. Sergio destacou outras obras realizadas pela Companhia no decorrer de 2013 até a presente data, a saber: reforma e manutenção do Centro de Ação Social; reforma de unidade de saúde no Bonsucesso; instalação de rede de informática nos CRAS; participação no Projeto Paraná do Bem com a revitalização do Parque Margueritha Masini onde foram realizadas retiradas de entulhos, bem como a reforma do banheiro; colocação de 35m2 de petit-pavé para AMTT; colocação de 18,28m2 de petit-pavé no calçadão; colocação de 15,04m2 de petit-pavé e 6 m de meio fio na Praça da Catedral; colocação de 50,60m2 de petit-pavé na Rua Otávio Larocca; colocação de 1.004,76m2 de petit-pavé na Praça do Parque Ambiental; colocação de 82,35m2 de petit-pavé ao lado da PMPG; colocação de 70m2 de petit-pavé na Rua Altair Mongruel; colocação de 38,28m2 de petit-pavé, de 238,59m2 de calçada de concreto e 30,27m2 de concreto (parte elétrica) no Centro de Eventos, totalizando 1.314,31m2 de petit-pavé; colocação de 13,45m2 de rampas para deficientes; colocação de 78,98m2 concreto na Rua Cinamomo; manutenção e pinturas em diversas Secretarias; execução de rede de esgoto no Ouro Verde; auxílio à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos na reforma de parques, praças, pontes através de operadores da CPS. Na sequência, Sr. Sergio falou que em 2013 o Plano de Pavimentação não foi ofertado, mas tendo em vista o interesse dos moradores na Rua Engenheiro Beltrão entre as ruas Mandaguapé e Itambaracá, Vila Cipa, a Companhia efetivou a venda do Plano, em razão de estar executando as obras de pavimentação naquele bairro, o que gerou um faturamento no valor de R\$ 31.874,22 (trinta e um mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos), valor que deverá ser recebido até o final de 2016, conforme contratos firmados. Também, através da Lei nº 11.518, de 14/10/2013, foi instituído o Programa de Renegociação de Débitos originários do Plano de Pavimentação Comunitário da CPS, com prazo até 02/12/2013. Este prazo foi prorrogado até o dia 31/03/2014, através do Decreto nº 8.042, de 29/11/2013. Durante o período de vigência foi recebido pelo Programa o valor de R\$ 78.306,97 (setenta e oito mil, trezentos e seis reais e noventa e sete centavos), sendo R\$ 21.821,42 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos) em outubro; R\$ 36.874,81 em novembro e R\$ 19.610,74 (dezenove mil, seiscentos e dez reais e setenta e quatro centavos) em Dezembro, no entanto, a Companhia ainda tem a receber de inadimplência o valor corrigido até esta data de R\$ 3.273.466,68 (três milhões, duzentos e setenta e três mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos). Sr. Sergio acrescentou que foram realizadas manutenções em todas as máquinas da Companhia, as quais estão em condições de dar continuidade às obras de pavimentação. Sr. Sergio também sugere a próxima gestão a captação de recursos federais para realização das obras, haja vista, a maior contrapartida ser do Município, que, devido a baixa adesão ao Plano de Pavimentação Comunitário, lança posteriormente em contribuição de melhoria os municípios que não aderiram ao Plano e informa que o Departamento de Engenharia há um projeto pré-elaborado. Com relação às contas bancárias, os saldos apresentados na data de hoje é: Banco do Brasil, agência 0030-2, conta corrente nº 41272-4, valor de R\$ 1.450,38 (hum mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos); Caixa Econômica Federal, agência 0400, conta corrente nº 267-3, valor de R\$ 32.827,54 (trinta e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos), a conta corrente no Banco Santander foi encerrada em 25/11/2013, vez que não estava sendo movimentada. Quanto às duplicatas descontadas, estas foram quitadas no final do exercício de 2013. A inadimplência média até dezembro de 2013 foi de 25%, percentual esse oriundo de contratos de 2006 a 2013. Mesmo assim, durante 2013, a CPS registrou um recebimento de R\$ 2.152.376,56 (dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, trezentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos). Com relação ao Departamento Contábil, Sr. Sergio explicou que, devido ao desligamento do Contador em fevereiro passado, a contabilidade de 2013 só pode ser iniciada no mês de abril, quando houve contratação do novo colaborador e somente no mesmo mês foi encerrado o exercício de 2012 pelo antigo Contador. Além disso, houve alterações no envio do SIM-AM o que acarretou em atraso no fechamento do exercício passado, que será concluído nos próximos dias. No final, Sr. Sergio entregou aos presentes o relatório parcial das atividades do exercício de 2013, ficando pendente apenas o resultado financeiro/contábil, ato contínuo entregou as chaves e o chip do celular da Companhia que estavam em seu poder e agradeceu a oportunidade e confiança recebidas do Prefeito Municipal, Sr. Marcelo Rangel Cruz de Oliveira, destacando que toda a contribuição que estava ao seu alcance foi dada, no sentido de recuperar a Companhia, bem como auxiliar o Município nos mais diversos serviços que foram necessários durante o exercício de 2013, pois apesar as obras de pavimentação programadas terem sido prejudicadas em razão da ausência de recursos financeiros, a Companhia não deixou de trabalhar sequer um dia, haja vista, a grande demanda de serviços que a cidade possui. Certidão: A presente Ata é cópia fiel da transcrita às fls. 35, 36 e 37 do Livro de Atas de Assembléia Geral Extraordinária, nº 02, devidamente autenticada na Junta Comercial do Paraná sob o protocolo nº 08/236631-4, em 14 de novembro de 2008. Ponta Grossa - PR, 10, de fevereiro de 2014.

João Ney Marçal Junior
Presidente do Conselho de Administração

Leandra Menezes Kowal
Secretária da Ata

Ricardo Torquato de Linhares

Odalton José Moreira de Souza



Dino Athos Schрут



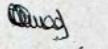
Alessandro Lozza de Moraes

Sergio Luiz Belotto Jr

Carlos Augusto Jorge

Manoel Marcelo Silva Martins

				Licença Prévia Nº 36261 Validade 05/02/2015 Protocolo 121613107	
O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 121613107, expede a presente Licença Prévia à:					
01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA Endereço AV. VISCONDE DE TAUNAY, Nº 950 Bairro - Pontão Município - Ponta Grossa UF - PR Cep - 84051000					
02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO Empreendimento MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - Barragem e contenção do Arroio Olarias Tipo de empreendimento/atividade Barragem e contenção no Arroio Olarias Endereço Arroio Olarias Bairro - Pontão Município - Ponta Grossa Cep - 84051000 Corpo Hídrico do Entorno Rio Tibagi Bacia Hidrográfica, Tibagi Destino do Esgoto Sanitário Destino do Efluente Final					
03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO PRÉVIO * Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86. * Esta LICENÇA PRÉVIA tem a validade acima mencionada, observadas as datas do cadastro apresentado, devendo ser atendidos os requisitos abaixo. * Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciadas pelo IAP. * Esta LICENÇA PRÉVIA deverá ser afixada em local visível. Delatamento dos Requisitos de licenciamento Adotar medidas de segurança técnica e operacional. Viabilizar plano de emergência para eventuais acidentes que possam ocorrer no sistema de infraestrutura e operacional. Cumprir com os relatórios e projetos apresentados. Nenhuma construção ou equipamento poderá ser executado fora do previsto pelo projeto. A obra deve ser feita de modo a não causar danos (erosão, poluição, etc) na área de preservação permanente, de forma que não venham a ocorrer prejuízos à qualidade da água nem assoreamento do Arroio Olarias. As obras devem acontecer nos moldes previstos nos projetos apresentados a este Instituto, condicionadas às normas ambientais vigentes. Como medidas mitigadoras deverão ser tomadas todos os cuidados para que as máquinas não causem danos ao meio ambiente, seja ao solo, rio ou vegetação, bem como não deve ser feito nenhum depósito de materiais de construção na área de preservação permanente. Os resíduos desta atividade deverão ter destino adequado, em locais devidamente licenciados por este Instituto. Como medida compensatória deverá ser conservada Área de Preservação Permanente do Arroio Olarias na área de implantação da obra, com o plantio de mudas de espécies florestais nativas. Não deverá ser deixado solo exposto após as obras especialmente nos acúleos para não ocorrer assoreamento, devendo ser utilizadas práticas de revegetação com grama ou similar. Os canteiros de obras deverão ser instalados em locais apropriados com a destinação correta dos resíduos. É de inteira responsabilidade do projetista e empreendedor, o adequado funcionamento do sistema. A concessão deste licenciamento não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou das modificações ambientais, conforme Decreto 857/79 art 7º par 2º. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeita a Empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), regulamentada pelo Decreto nº 6.514/08. A presente licença poderá ser suspensa ou cancelada, se constatada a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, conforme disposto no artigo-19 da Resolução CONAMA nº 237/97. Uma cópia da licença deverá permanecer no local dos trabalhos para fins de fiscalização ambiental.					
Imprensa: 05/02/2014 09:58:21 Página: 1 de 2					

				Licença Prévia Nº 36261 Validade 05/02/2015 Protocolo 121613107	
Local e data Ponta Grossa, 05 de fevereiro de 2014					
O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.				Carimbo e assinatura do representante do IAP  Edilson Luiz Quadros Eng.º Ambiental - CREA-PR 92704/D Chefe Regional IAP/Ponta Grossa	
Imprensa: 05/02/2014 09:58:21 Página: 2 de 2					

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL COMDER EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - COMDER de Ponta Grossa, usando das atribuições que lhe conferem ao cargo:

CONVOCA

Os Conselheiros para participarem da reunião ordinária, que será realizada no dia 13 de fevereiro do corrente ano às 8:30 horas nas dependências do Gabinete do Secretário de Agricultura e Pecuária de Ponta Grossa, na Praça Municipal Dr. David Federmann, sito à Av. Visconde de Taunay nº 950, 4º andar, no Bairro da Ronda, tendo como Pauta:

- Verificação de quórum
- Abertura da sessão
- Aprovação da ata da sessão anterior
- Leitura do expediente
- Ordem do dia: Planejamento e Estratégia para 2014
- Palavra Franca
- Encerramento

Ponta Grossa, 10 de fevereiro de 2014
Sérgio Antônio Sozim
 Presidente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2014

Tendo em vista a necessidade de instruir RELATÓRIO GERAL das atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo, a ser encaminhado ao Legislativo Municipal, em obediência às disposições do art. 71, XXXVII, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINO

Aos Senhores
 Chefe de Gabinete
 Secretários Municipais
 Diretores de Departamentos
 Coordenadores
 Chefes de Divisões, Seções, Setores e Serviços
 Autarquias
 Fundações
 IPLAN
 PROLAR
 CPS
 ARAS

a remessa à Assessoria Legislativa da Secretaria Municipal de Administração e Assuntos Jurídicos, até o dia 14 de março de 2014, imprimeiramente, de relatório detalhado das atividades desenvolvidas por todos os órgãos, unidades e subunidades administrativas durante o exercício de 2013, acompanhados, nos termos da Lei Orgânica Municipal, de esclarecimentos sobre as fases das obras e serviços em execução. Gabinete do Prefeito, em 05 de fevereiro de 2014.

MARCELO RANGEL CRUZ DE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

AMTT AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2014

CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE
 CONTRATADA: CONSTRUTORA CARDAMONI LTDA
 OBJETO: Fornecimento e instalação/aplicação de materiais de sinalização
 VALOR: R\$ 2.119.236,00
 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

EDUARDO GUIMARÃES KALINOSKI
 Presidente da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte

